



Revitalizar tenta salvar 80 empresas

Em causa estão dois mil postos de trabalho e um nível de facturação que ronda os 1,5 mil milhões de euros.

Mónica Silveiras

Os clubes de futebol União de Leiria e Vitória; a Prébuild; as construtoras Sovaletas e José Coutinho, a maior construtora das Caldas da Rainha; a Parkalgar, a empresa detentora do Autódromo Internacional do Algarve; ou a Iberfer, uma das empresas do grupo Nutroton são algumas das 80 empresas que se apresentaram ao Programa Especial de Revitalização (PER) para tentar evitar a falência, optando por um processo de recuperação e reestruturação. No seu conjunto estão em causa dois mil postos de trabalho e cerca de 1,5 mil milhões de euros em facturação.

Quase três meses depois da entrada em vigor do Programa, que conta com uma dotação de 220 milhões de euros, o número de empresas que recorreu a este mecanismo aumentou 33,3% face aos últimos dados de meados de Julho.

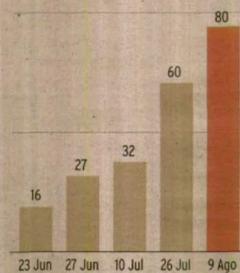
Os advogados contactados pelo Diário Económico consideram o número reduzido, mas justificam-no com a entrada em vigor da lei a 20 de Maio. "É de facto um número reduzido de processos", reconhece Francisco Patrício, sócio da Abreu Advogados. "Mas a lei entrou em vigor apenas a 20 de Maio, por isso até se pode considerar o número apreciável", acrescenta Tomás Pessanha, sócio da PLMJ. Este número reflecte "um relativo

desconhecimento do programa e dos seus méritos", justifica, por seu turno, João Saúde. O sócio da Sérvulo & Associados acrescenta que "à medida que os meses passarem e começar a haver exemplos bem-sucedidos, a adesão será muito significativa". A reacção dos bancos, Fisco e Seguradora Social, normalmente os principais credores das empresas em situação económica difícil, e a postura que assumirão nas negociações poderá incentivar um crescente recurso ao PER.

Mas estes resultados ainda vão demorar, lembra Francisco Patrício: "Está previsto um período de negociação de dois meses, eventualmente renováveis por mais um mês, e por isso, tendo em conta a data de entrada em vigor da Lei, poucos ou nenhuns

MAIS EMPRESAS ADEREM

De Julho para Agosto o número de empresas que recorreu ao Revitalizar aumentou 33,3%.



Fonte: Ministério da Economia/Diário Económico

SECTORES

A indústria é o sector mais visado, seguida da construção.

| | |
|-----------------------------------|-----------|
| Agricultura, Silvicultura e Pesca | 1 |
| Comércio | 14 |
| Construção | 21 |
| Indústria | 27 |
| Serviços | 12 |
| Turismo | 5 |
| TOTAL | 80 |

Fonte: Ministério da Economia

INCIDÊNCIA REGIONAL

A maior parte das empresas é do Norte.

| | |
|----------------|-----|
| Norte | 55% |
| Centro | 20% |
| Lisboa | 16% |
| Outras Regiões | 9% |

Fonte: Ministério da Economia

processos estarão concluídos nesta altura, não sendo conhecidos ainda os seus resultados". Tomás Pessanha acrescenta ainda que a documentação que é necessário "produzir é substancial, quase semelhante à necessária para requerer a insolvência". Além disso, o advogado da PLMJ frisa que o período de férias que se vive também não ajuda a uma maior celeridade em encontrar credores disponíveis para viabilizar uma empresa.

A divisão por sectores demonstra que é a indústria (34%) e as construtoras (27%) que mais se apresentam à reestruturação. Por outro lado, os dados que o secretário de Estado adjunto da Economia, António Almeida Henriques avançou ao Diário Económico demonstram que do ponto de vista geográfico, a maior parte dos processos que entraram nos tribunais judiciais são do Norte do país (55%).

As PME em dificuldades podem aceder a apoios até um máximo de 1,5 milhões de euros, por cada período de 12 meses, mas para isso têm de apresentar um plano de viabilização da empresa que seja aceite pelos credores. O Estado disponibiliza 110 milhões de euros do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), através dos Fundos Revitalizar, que são alavancados por igual quantia disponibilizada por sete instituições bancárias - Caixa Geral de Depósitos, BPI, BES, Millennium BCP, Banif, Montepio Geral e a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo.

O passo seguinte é agora o Executivo escolher as sociedades gestoras destes três fundos de capital de risco de base regional. A concurso são admitidas entidades especializadas, independentes dos investidores e autorizadas a gerir capital de risco em Portugal, "com experiência demonstrada e conhecimentos evidentes sobre a economia da região de incidência do fundo em causa".

O concurso termina a 5 de Setembro e o secretário de Estado adjunto da Economia, António Almeida Henriques, garante que até 30 de Setembro serão seleccionadas as entidades gestoras dos fundos. Os fundos para as Regiões Norte e Centro contam uma dotação de 80 milhões de euros cada um e o terceiro fundo, que engloba as regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve, tem afectos 60 milhões de euros. ■